



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/061/2024
Processo Administrativo n.º 2024-1L27X

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A AAML - ASSOCIAÇÃO ALBERGUE MARTIM LUTERO, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROVISÓRIO DE PESSOAS E DE SEUS ACOMPANHANTES, QUE ESTEJAM EM TRÂNSITO E SEM CONDIÇÕES DE AUTOSSUSTENTO DURANTE O TRATAMENTO DE DOENÇAS GRAVE FORA DA LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA, DESENVOLVIDO PELA ASSOCIAÇÃO ALBERGUE MARTIM LUTERO, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e a (o) **AAML - ASSOCIAÇÃO ALBERGUE MARTIM LUTERO**, inscrito no CNPJ sob nº. 39.390.158/0001-50, com sede à Rua José Ferreira dos Santos, Nº 25 CEP: 29.043-665, Bairro Tabuazeiro – Vitória/ES, doravante denominada(o) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Sr. **PAULO MARCOS JAHNKE**, portador da CI nº [REDACTED], órgão expedidor SJ - RS e inscrito no CPF sob o nº. [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2024-1L237X mediante as cláusulas e condições seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto cooperação Técnica e Financeira para manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência, desenvolvido pela Associação Albergue Martim Lutero, por meio da realização de despesas de custeio e investimento, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 184.667,46 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 184.667,46 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 20.47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 ED: 4.4.50.42 - R\$ 49.667,88

Fonte: 500 ED: 3.3.50.43 - R\$ 134.999,58

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 30/11/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após esaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, __ de _____ de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

PAULO MARCOS JAHNKE

Presidente da AAML - Associação Albergue Martim Lutero

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 22/10/2024 15:22:44 -03:00

PAULO MARCOS JAHNKE
CIDADÃO
assinado em 22/10/2024 15:12:08 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/10/2024 15:22:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-DSF7DM>



PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Home Page https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome AAML - ASSOCIAÇÃO ALBERGUE MARTIM LUTERO		CNPJ 39.390.158/0001-50
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua José Ferreira dos Santos, 25		
Bairro Tabuazeiro	Cidade Vitória	CEP 29043-665
E-mail da Instituição adm@aaml.org.br		Home Page www.aaml.org.br
Telefone 1 (27) 3225-5386	Telefone 2	Telefone 3 (27) 9.9708-6135

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome PAULO MARCOS JAHNKE		CPF: [REDACTED]
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor SJ/RS	Cargo Presidente
		Mandato vigente até 30/03/2025
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]		
Bairro [REDACTED]	Cidade Domingos Martins -ES	CEP [REDACTED]
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3



4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Nelzileide Said Evald Mariano		
Área de Formação Serviço Social		Nº do Registro no Conselho Profissional CRESS 6232 17ª Região
Bairro [REDACTED]	Cidade Viana	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone [REDACTED]		Telefone [REDACTED]

Nome Angelita Minelio da Silva		
Área de Formação Serviço Social		Nº do Registro no Conselho Profissional CRESS 8549 17ª Região
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone [REDACTED]		Telefone [REDACTED]

Nome Joice Tose Olios		
Área de Formação Nutrição		Nº do Registro no Conselho Profissional CRN 4 / 13100667
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico [REDACTED]		
Telefone [REDACTED]		Telefone [REDACTED]

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1. Breve histórico e finalidade da OSC

A AAML-Associação Albergue Martim Lutero é uma Organização da Sociedade Civil de direito privado e interesse público, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, que tem por objetivo promover a acolhida de pessoas do interior do Espírito Santo que buscam tratamento médico especializado na Região Metropolitana de Vitória, sem distinção de raça, credo, orientação política, filosófica ou gênero.

A AAML foi fundada em 14 de junho de 1992 pela IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), tendo como sócios fundadores os membros das paróquias evangélicas de confissão Luterana no âmbito do estado do Espírito Santo.

Ao longo desses 32 anos de existência, esta instituição tem atuado no apoio a pessoas do interior capixaba, e até de outros estados, que necessitam de tratamento médico especializado e contínuo na Região Metropolitana de Vitória, sem indicação de internação. Esses tratamentos, por serem realizados somente nessa localidade, dificulta o acesso daqueles pacientes que se situam no interior e não possuem residência nesta região para se hospedarem enquanto realizam o tratamento.

Sendo assim, a AAML vem promovendo a acolhida de pessoas do interior do Espírito Santo, possibilitando um serviço de acolhimento provisório para os usuários e sua família, com o intuito de assegurar o acesso aos serviços de saúde. Estas pessoas recebem atendimento em um ambiente humanizado de forma gratuita. Também são ofertadas quatro refeições diárias, bem como atividades que promovam o convívio e o fortalecimento de vínculos entre os usuários e a equipe da AAML e palestras educativas.

Durante o ano de 2023 foram oferecidas 8.720 diárias no Albergue, 34.880 refeições, beneficiando 578 pessoas do interior do Espírito Santo e 14 usuários vindos de outros estados brasileiros, tais como: Bahia (6 usuários), Minas Gerais (5 usuários), Rio de Janeiro (2 usuários) e São Paulo (1 usuário).



5.2. Principais ações na área da assistência social

- Acolhimento provisório, para jovens, adultos, idosos e seus familiares, que estão em vulnerabilidade social, decorrente da doença grave e da ausência de residência na Região Metropolitana de Vitória enquanto realizam tratamento médico especializado e contínuo, sem indicação para internação;
- Cadastro do usuário, atendimento social com registro e acompanhamento em prontuário individual;
- Promoção de espaços para a construção coletiva das regras de convivência na organização;
- Orientação e encaminhamento à rede de serviços e benefícios socioassistenciais, bem como os serviços das demais políticas públicas setoriais;
- Orientações sobre os direitos sociais e temas que se sobressaem nos atendimentos individuais.

5.3. Caracterização do Serviço Socioassistencial

Conforme resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009, que aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a AAML- Associação Albergue Martim Lutero é uma organização que desenvolve um serviço complementar voltado à PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, na qual oferta o serviço de abrigo institucional provisório para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e risco, devido à doença e ausência de residência na Região Metropolitana de Vitória para permanecerem enquanto realizam o tratamento. Fornecer este serviço aos usuários possibilita que tenham acesso ao direito social fundamental da saúde e possibilita lidar com os riscos que estão submetidos decorrentes da doença e da ausência de moradia no local de tratamento médico.

Por mais que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais não prevê a especificidade de atendimento ao público da AAML-Associação Albergue Martim Lutero, que são os usuários que estão em tratamento médico contínuo e sem indicação de internação, temos como suporte legal a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que concede certificação às entidades beneficentes com atuação na área de assistência social, e a AAML executa, de acordo com o art. 29, inciso IV o “serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência”.

Ademais, não atender esse público o deixaria ainda mais exposto ao risco, aumentando a vulnerabilidade. Entende-se por vulnerabilidade “[...] uma condição dos atores frente a acontecimentos adversos de variadas naturezas: ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais [...]” (BRASIL, 2017). Sendo assim, o diagnóstico de uma doença grave levaria o indivíduo a uma vulnerabilidade e ampliaria a vulnerabilidade já existente. Assim, por se tratar de uma instituição de



assistência social, a AAML está cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades da Assistência Social (CNEAS) desde 31.07.2015 e inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV), sob a inscrição número 19. Além disso, a AAML também obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a partir de dezembro de 2018. A AAML possui também os títulos de Utilidade Pública Municipal e Estadual.

5.4. Perfil do público beneficiário da entidade

Jovens, adultos, idosos e familiares, de ambos os sexos, oriundos de municípios do interior do ES, e até de outros estados. Na AAML são atendidas pessoas não havendo distinção de credo, raça, orientação de gênero, política ou filosófica. A maioria dos usuários, por virem do interior, são trabalhadores rurais e tem renda *per capita* entre 101 e 954 reais, possuem o ensino fundamental incompleto e fazem tratamento de radioterapia.

5.5. Capacidade de atendimento

A AAML-Associação Albergue Martim Lutero tem a capacidade de atender até 50 pessoas.

5.6. Metodologia de trabalho

A AAML busca adotar metodologias participativas. Nas rodas de conversa com os usuários busca-se incentivá-los a fazerem contribuições para a melhoria do trabalho do albergue. As rodas de conversa são espaços propícios para estabelecer um diálogo crítico dos assuntos abordados, a fim de que os usuários e profissionais passem a questionar saberes, ações, crenças que foram enraizadas como normal ou natural no processo de sociabilidade. Sabe-se que essas rodas de conversa não provocarão efeitos imediatos e nem em todos, mas é uma centelha na busca por diálogos críticos e propositivos.

Muitos temas abordados nas rodas de conversas são advindos dos atendimentos individuais, realizados pela Assistente Social da OSC. Os atendimentos individuais são feitos tanto por demanda espontânea, quanto por encaminhamentos.

A Assistente Social utiliza a metodologia de atendimentos individuais e familiares, ou com acompanhantes, àqueles que chegam para o acolhimento. Além do atendimento ao chegar na instituição pela primeira vez também é feito atendimento por demanda espontânea e/ou através de busca ativa. Após os atendimentos são feitas as articulações que se fizerem necessárias com CRAS, CREAS, UBS etc. do município de origem do usuário. É realizada articulação com os equipamentos da rede em Vitória para realização de rodas de conversa objetivando familiarizar o usuário com o trabalho dos equipamentos públicos.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência, desenvolvido pela Associação Albergue Martim Lutero, por meio da realização de despesas de custeio e investimento.

6.2. Objetivo geral

Proporcionar condições essenciais à oferta do serviço de acolhimento provisório a pessoas que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência, para que elas tenham uma acolhida digna, alimentação adequada e um ambiente em condições de higiene, conforto e humanização.

6.3. Objetivos específicos

- Ofertar acolhimento institucional provisório em condições de higiene, conforto e humanização;
- Fornecer quatro refeições diárias: café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, elaboradas a partir de orientação nutricional, com cardápio variado e equilibrado;
- Proporcionar espaços coletivos para levar informações e orientações;
- Garantir atendimento socioassistencial aos usuários do serviço da AAML;
- Garantir produtividade e qualidade na preparação dos alimentos;
- Garantir condições de trabalho salubres para os funcionários;

6.4. Público beneficiário da proposta

Jovens, adultos, idosos e seus acompanhantes, de ambos os sexos, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência.

6.5. Justificativa

Os tratamentos médicos de alta complexidade, em sua maioria, ainda são realizados em hospitais na Região Metropolitana de Vitória. No entanto, há tratamento médico contínuo que não necessita de internação e que leva meses para que seja concluído. Este é o caso da radioterapia que precisa realizar o procedimento diariamente e ele pode levar de um a três meses. As pessoas ao dependerem do transporte da Secretaria Municipal de Saúde de sua localidade, saem de casa de madrugada e retornam à noite, impossibilitando o traslado diário para a capital. Com isso, precisam permanecer na Grande Vitória



enquanto durar o tratamento médico. Contudo, nem todas as pessoas possuem residência ou familiares nessa região para recebê-los, necessitando assim de acolhimento. Assim, se justifica a importância da prestação desses serviços para uma parcela da população que não teria outros meios de atender suas necessidades básicas e imediatas em trânsito para tratamento de doenças.

É intervindo nessa realidade que a AAML atua formalmente há mais de 30 anos ao ofertar serviço de acolhimento provisório a pessoas durante o tratamento médico fora do município de sua residência. Assim, proporciona ao usuário: suítes coletivas e armários, para repouso e guarda de pertences; quatro refeições diárias, com um cardápio balanceado montado por uma profissional qualificada; espaços comuns para realização de atividades lúdicas, reuniões, palestras informativas; e atendimento social.

Com o intuito de melhor atender as atividades citadas acima, o Albergue precisa de parcerias para manter a qualidade do serviço. Os parceiros que obtemos até o momento para aquisição de alimentos são os pequenos produtores que ficam na Central de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA) e o Programa Mesa Brasil SESC – que apenas disponibilizam frutas, legumes, verduras, sucos e chás -, e doações esporádicas de pessoas físicas e jurídicas. Apesar da OSC receber por meio de doações os alimentos mencionados, não se tem com frequência a doação de alguns gêneros alimentícios - em especial carne, leite e azeite -, que são essenciais para compor uma dieta balanceada.

Para garantir a preparação de quatro refeições diárias, necessitamos de uma cozinha estruturada/equipada e com condições salubres para permanência da equipe de funcionários. O calor excessivo, causado pela concentração do fogão, forno e outros aparelhos eletrônicos, causa grande desconforto. Desta forma, solicitamos neste plano de trabalho a compra de equipamentos de climatização e equipamentos industriais que auxiliará na produtividade, qualidade dos alimentos e salubridade dos funcionários.

No quesito limpeza, nossa instituição demanda constante higienização dos espaços, atualmente contamos com apenas uma profissional de limpeza e não dispomos de recursos para contratação de outro profissional, o que nos traz a necessidade de investir em equipamentos que traga maior agilidade e qualidade do serviço.

Além disso, por se tratar de um espaço que recebe pacientes com imunidade baixa em razão do tratamento, utiliza-se considerável quantidade de produto de limpeza, sendo o cloro e o desinfetante os mais utilizados para a desinfecção dos ambientes. Solicitamos também outros produtos de limpeza necessários para manutenção dos espaços.

Para atendimento às normas técnicas dos serviços de Acolhimentos Institucionais, onde institui a presença de uma equipe técnica especializada. Incluímos nesse Plano de Trabalho, o pagamento de 30 horas, salário líquido, da Assistente Social que já faz parte da equipe. O intuito é assegurar a continuidade dos atendimentos e acompanhamentos aos usuários e seus acompanhantes, tendo como finalidade: orientar o acesso aos direitos sociais; encontrar estratégias que possibilite o fortalecimento de

vínculos e comunitários; e ampliar o universo informacional.

O plano de trabalho também possui a proposta para a colaboração com o custeio da água/esgoto encanados, energia elétrica, gás, itens descartáveis e papel A4 indispensáveis para o bom funcionamento do acolhimento.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
João Paulo Auler	Teólogo	Superintendente	40h
Angelita Minélio da Silva	Serviço social	Assistente Social	30h
Nelzileide Said Evald Mariano	Serviço social	Assistente Social - Coordenação de Projetos	20h
Joice tose Olios	Nutrição	Nutricionista	10h
Joice tose Olios	Nutrição	Supervisora Administrativa	30h
Anderli Gerhardt Pereira	Ensino médio	Coord. Operacional	40h
Daniela Grünewaldt	Administração	Assistente administrativo Financeiro	40h
Thainá Ferreira Caetano	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	40h
Luciana Santos Alves Duque	Ensino fundamental	Cozinheira	44h
Nilza Almeida Freitas	Ensino fundamental	Auxiliar de ser. Gerais	44h
Rosângela Oliveira Carvalho	Ensino Médio	Servente	44h

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A avaliação do grau de satisfação do usuário é realizada por meio de pesquisa de opinião que é preenchida ao final da hospedagem em formulário próprio. A pesquisa é tabulada mensalmente, apurada em percentual e divulgada nas redes sociais, entre os funcionários nas reuniões de equipe e nas prestações de contas das parcerias.

6.8. Sustentabilidade da proposta

Para garantir o atendimento dos usuários do serviço de acolhimento, a AAML possui fontes de recursos diversificadas. Como braço social da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), recebe recursos desta instituição. Possui parcerias com três Prefeituras Municipais (Santa Maria de Jetibá, Itarana e Domingos Martins) e com a Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer

(AFECC). Outra forma de captar recurso é a realização de bazar permanente nas dependências da AAML e Bairro Primavera em Viana/ES.

Somada a essas fontes, a AAML estabelece uma parceria com o Programa Mesa Brasil Sesc e, informalmente, com pequenos produtores que comercializam na CEASA. Esses dois parceiros são os responsáveis por manter a instituição abastecida de frutas, verduras e legumes. O Mesa Brasil Sesc também doa outros alimentos, a depender da disponibilidade.

Também temos parceria com a SETADES por meio de recursos das emendas parlamentares.

6.9. Período de execução do objeto

Início: outubro/2024	Término: novembro/2025
----------------------	------------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório mantido pela Associação Albergue Martim Lutero, para oferta de 500 diárias por mês, para pessoas que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência e seus acompanhantes, pelo período de vigência da parceria;	Valor: 00,00		
Indicador(es): 1) Número diárias ofertadas no período de vigência da parceria, aferido por meio do termo de adesão de entrada e saída; 2) Número de atendimentos prestados aos acolhidos, comprovados mediante relatório quantitativo emitido pela Assistente Social; 3) Número de ações e encaminhamentos integradas com a rede socioassistencial, aferido por meio de relatório quantitativo e lista de presença; 4) Nível de satisfação dos usuários, aferido por meio de pesquisa de satisfação;			
Metodologia de execução: O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional que compõe o quadro de funcionários da Associação Albergue Martim Lutero – AAML, composto por técnicos, administrativo e apoio. <ul style="list-style-type: none">Planejamento e organização das atividades e ações da AAML para execução do termo;Acolhida dos usuários e seus acompanhantes;Atendimento e escuta qualificada ofertada pelo serviço social da instituição;Encaminhamentos para serviços da rede intersetorial, objetivando garantia e acesso a direitos sociais;Monitoramento e avaliação do serviço prestado pela AAML;Pesquisa de satisfação conforme metodologia descrita no tópico 6.7 deste plano;Elaboração de relatório referente aos atendimentos, ações e atividades executadas com os usuários para prestação de contas parcial e final, conforme solicitado pela SETADES.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1 Planejamento e organização da oferta dos serviços de atendimento e acolhimento dos usuários;	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
1.2 Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações dos Serviços de Acolhimento	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025



1.3 Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas públicas	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
1.4 Monitoramento e avaliação do serviço prestado pela AAML;	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
1.5 Divulgação do resultado da pesquisa de satisfação;	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
1.6 Elaboração de relatórios dos atendimentos prestados aos usuários pelo Serviço de Acolhimento;	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025

Meta 2: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter complementar e custeio de consumo do gás de cozinha para manutenção e enriquecimento do cardápio das 4 refeições/dia para 500 diárias/mês de serviço de acolhimento Institucional provisório.	Valor (R\$): 65.767,16		
Indicador(es): 1) Materiais de consumo adquiridos, comprovado por meio de notas fiscais e comprovantes de pagamento; 2) Número diárias ofertadas no período de vigência da parceria, aferido por meio do termo de adesão de entrada e saída; 3) Número de alimentações servidas na vigência da parceria, comprovadas meio de relatório quantitativo; 4) Nível de satisfação dos usuários, aferido por meio de pesquisa de satisfação;			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none">Planejar cardápio;Adquirir insumos alimentícios;Contratar a reposição do gás mediante demanda;Preparar e ofertar diária de 4 refeições			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1 Montar cardápio	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
2.2 Adquirir os insumos alimentícios	R\$ 58.167,06	Out. 2024	Nov./2025
2.3 Contratar a reposição do gás mediante demanda;	R\$ 7.600,10	Out. 2024	Nov./2025
2.4 Preparar os alimentos conforme normas da vigilância sanitária	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
2.5 Ofertar 4 refeições diárias	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025

Meta 3: Aquisição de material de expediente, material de limpeza, e descartáveis para suporte aos serviços relacionados a área administrativa e técnica, bem como, manutenção da higienização do ambiente do serviço de acolhimento institucional provisório ofertado pela OSC.	Valor (R\$): 8.956,37
Indicador(es): 1) Materiais de consumo adquiridos, comprovado por meio de notas fiscais e comprovantes de pagamento; 2) Número diárias ofertadas no período de vigência da parceria, aferido por meio do termo de adesão de entrada e saída; 3) Nível de satisfação dos usuários, aferida por meio de pesquisa de satisfação.	
Metodologia de execução: Ao iniciar a parceria, será realizado atualização dos orçamentos e aquisição dos materiais administrativos, produtos de limpeza e descartáveis. Os materiais de expedientes elencados neste plano de trabalho auxiliarão na execução dos serviços prestados pela AAML, no que se refere a emissão de	



relatórios para as parcerias e encaminhamentos dos usuários para rede intersetorial. Relacionado aos produtos de limpeza e descartáveis, serão utilizados para limpeza em geral e manutenção dos serviços ofertados pela AAML.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
3.1 - Realizar cotação de preço dos produtos;	R\$ 0,00	Out. 2024	Set./2025
3.2 - Adquirir material administrativo;	R\$ 2.009,77	Out. 2024	Set./2025
3.3 - Adquirir material de limpeza e descartáveis;	R\$ 6.946,60	Out. 2024	Set./2025
3.4 - Limpeza e manutenção dos serviços ofertados pela AAML	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025
3.5 - Impressão de relatórios para as parcerias e emissão de encaminhamentos aos usuários	R\$ 0,00	Out. 2024	Nov./2025

Meta 4: Garantir o custeio de energia elétrica, água/esgoto por 12 meses e instalação de aparelho de ar-condicionado para manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório ofertado pela OSC.		Valor (R\$): 24.202,61	
Indicador(es): 1) Serviços contratados e executados, comprovados por meio de notas fiscais, comprovantes de pagamentos e registros fotográficos; 2) Nível de satisfação dos usuários, aferido por meio de pesquisa de satisfação.			
Metodologia de execução: O recurso elencado será para a manutenção da energia elétrica, gás e água/esgoto para ofertar o serviço de acolhimento institucional provisório dos usuários e garantia de condições de trabalho de forma salubre aos profissionais da cozinha.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
4.1 Custeio da energia elétrica na oferta do serviço;	R\$ 4.392,84	Out. 2024	Nov./2025
4.2 Custeio do consumo de água/esgoto na oferta do serviço;	R\$ 18.616,44	Out. 2024	Nov./2025
4.3 Contratação da empresa para instalação do aparelho de ar-condicionado da cozinha industrial	R\$ 1.193,33	Dez./2024	Fev./2025

Meta 5: Viabilizar a continuidade do trabalho da Assistente Social por 30 horas semanais, no serviço de acolhimento Institucional ofertado pela OSC, por meio do pagamento do salário líquido da profissional pelo período de 12 meses.		Valor (R\$): 36.073,44
Indicador(es): 1) Número de atendimentos prestados aos acolhidos, comprovados mediante relatório quantitativo emitido pela Assistente Social; 2) Número de pagamentos realizados, comprovados por meio de contracheques e comprovantes de pagamento; 3) Nível de satisfação dos usuários, aferida por meio de pesquisa de satisfação;		
Metodologia de execução: O Serviço Social da AAML realiza atendimento individual e, ou, familiar aos usuários e seus acompanhantes na acolhida e conforme demanda espontânea, realiza o planejamento de atividades grupais e encaminhamentos para rede intersetorial, representa a AAML nos conselhos da assistência, bem como, auxilia na execução e prestação de contas dos termos da parceria.		
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução



		Início	Término
5.1 Custear o pagamento <u>salário líquido</u> do profissional já existente na instituição no período da parceria;	R\$ 36.073,44	Out./2024	Nov./2025
5.2 Realizar atendimento individual e, ou, familiar;	R\$ 0,00	Out./2024	Nov./2025
5.3 Planejar e promover trabalhos grupais para promover a convivência, fortalecimento de vínculos e ampliar o universo informacional;	R\$ 0,00	Out./2024	Nov./2025
5.4 Realizar encaminhamentos para os serviços socioassistenciais e as demais políticas sociais.	R\$ 0,00	Out./2024	Nov./2025
5.5 Executar a prestar contas dos Termos de Parcerias	R\$ 0,00	Out./2024	Nov./2025

OBS: Todos encargos e benefícios do salário do profissional de serviço social contratado serão custeados com recursos próprios da Associação Albergue Martim Lutero.

Meta 6: Viabilizar a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para auxiliar na manutenção do serviço de acolhimento provisório ofertado pela OSC.		Valor (R\$): 49.667,88	
Indicador(es): 1) Equipamentos e materiais permanentes adquiridos, comprovador por meio de notas fiscais e comprovantes de pagamento; 2) Nível de satisfação dos usuários, aferido por meio de pesquisa de satisfação.			
Metodologia de execução: A aquisição dos materiais e equipamentos propostos neste plano de trabalho auxiliará na produtividade dos profissionais, proporcionando melhorias na oferta do serviço de acolhimento institucional aos usuários.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
6.1 Realizar cotação de preço dos equipamentos;	R\$ 0,00	Out./2024	Nov./2025
6.2 Realizar aquisição dos materiais e equipamentos;	R\$ 49.667,88	Out/2024	Nov/2025
6.3 Realizar a instalação e utilização dos equipamentos	R\$ 0,00	Out/2024	Nov/2025

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 74.723,53	R\$ 0,00	R\$ 74.723,53
	Serviços de terceiros – pessoa física	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 24.202,61	R\$ 0,00	R\$ 24.202,61
	Equipe de referência	R\$ 36.073,44	R\$ 0,00	R\$ 36.073,44
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 49.667,88	R\$ 0,00	R\$ 49.667,88
TOTAL		R\$ 184.667,46	R\$ 0,00	R\$ 184.667,46

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Item	Especificação:	Unid.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	Músculo bovino	KG	300	19,77	5.931,00
02	Acém moído bovino	KG	400	20,57	8.228,00
03	Chã de dentro/ coxão mole bovino	KG	400	27,98	11.192,00



04	Filé de peito de frango	KG	400	17,13	6.852,00
05	Coxa e sobrecoxa de frango	KG	400	8,99	3.596,00
06	Acém bovino	KG	400	20,46	8.184,00
07	Azeite de oliva Extra Virgem 500ml	UN	99	42,29	4.186,71
08	Leite integral	L	800	4,44	3.552,00
09	Trigo	KG	61	5,79	353,19
10	Manteiga 500 g	UN	166	28,76	4.774,16
11	Óleo de soja 900 ml	UN	200	6,59	1.318,00
12	Cloro 5L	UN	80	14,20	1.136,00
13	Desinfetante 5L	UN	60	15,42	925,20
14	Limpa Alumínio 500 ml	UN	120	6,49	778,80
15	Detergente 500 ml	UN	100	2,57	257,00
16	Limpador Multiuso 500 ml	UN	120	5,98	717,60
17	Luva de Vinil sem pó 100 unid.	CX	40	16,83	673,20
18	Copo de Plástico 200 ml – 2500 und.	CX	15	163,92	2.458,80
19	Papel A4 – 5000 folhas	CX	7	287,11	2.009,77
20	Abastecimento de gás 13kg	UN	30	106,67	3.200,10
21	Abastecimento de gás 45 kg	UN	11	400,00	4.400,00
Subtotal				R\$ 74.723,53	

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
----	---	--	--	--
Subtotal				

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Fornecimento de água/esgoto	Mês	12	1.551,37	18.616,44
Fornecimento de Energia Elétrica	Mês	12	366,07	4.392,84
Instalação equipamento ar-condicionado	Serviço	1	1.193,33	1.193,33
Subtotal				R\$ 24.202,61

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Assistente Social 30h (<u>Salário líquido</u>)	Mês	12	3.006,12	36.073,44
Subtotal				R\$ 36.073,44

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Aparelho De Ar-Condicionado 36.000 btus	Un.	01	10.090,45	10.090,45
Liquidificador Industrial 10L	Un.	01	1.554,80	1.554,80
Panela de Arroz Elétrica	Un.	01	2.032,33	2.032,33
Lavadora e secadora de piso	Un.	01	11.510,96	11.510,96
Balança Coluna Plataforma 300 kg	Un.	01	1.876,70	1.876,70
Forno e Grill Elétrico 125 L	Un.	01	12.169,97	12.169,97
Freezer Vertical 262 Litros Inverter	Un.	01	10.432,67	10.432,67
Subtotal				R\$ 49.667,88

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 184.667,46
--	-----------------------

09. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
Out./2024	Nov./2024	Dez./2024	Jan./2025	Fev./2025	Mar./2025	Abr./2025
R\$ 184. 667,46						
Mai./2025	Jun./2025	Ago./2025	Set./2025	Out./2025	Nov./2025	

RECURSO PRÓPRIO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL						
Out./2024	Nov./2024	Dez./2024	Jan./2025	Fev./2025	Mar./2025	Abr./2025
R\$ 00,00						
Mai./2025	Jun./2025	Ago./2025	Set./2025	Out./2025	Nov./2025	

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Vitória, _____ de _____ de 2024.

PRESIDENTE DA AAML



11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) _____ de _____ de 2024

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 22/10/2024 15:22:45 -03:00

PAULO MARCOS JAHNKE
CIDADÃO
assinado em 22/10/2024 15:11:49 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/10/2024 15:22:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-5ZLVNP>

situação de risco e vulnerabilidade social do Bairro São Marcos e adjacências na cidade de Aracruz/ES.
Valor: R\$ 149.756,39 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0820 e 0821, LOA 2024.
Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/09/2025.
Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239
Elemento de Despesa:3.3.50.43 e 4.4.50.42
Fonte: 500
Gestor Titular: Lutz Franchesco da Silva Rocha - N. F. 3287831
Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky - N.F. 3553280

Vitória, 22 de outubro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1421808

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/063/2024

Processo nº.: 2024-G00HW
Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Cáritas Diocesana de Colatina - São João Batista -Aaracruz - Projeto Girassol.
Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para continuidade e melhoria na qualidade da oferta das atividades e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executado pela Caritas Diocesana São João Batista - Projeto Girassol, destinados a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social do Bairro São Marcos e adjacências na cidade de Aracruz/ES.
Valor: R\$ 149.756,39 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0820 e 0821, LOA 2024.
Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015
Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.
Vitória, 22 de outubro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1421813

Resumo de Termo de Doação nº 022/2024

Processo nº: 81579020
Doador: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Donatário: Município de Conceição da Barra
Objeto: Doação de bem móvel de propriedade do doador: Veículo, Marca FORD, Modelo FORD KA SE 1.0 HA B, Ano Fáb./Modelo 2018/2018, Álcool/Gasolina, Cor Branco Ártico, PPW-4312, visando o atendimento as atividades da Política de Proteção Social Básica dentro do CRAS do Município.
VALOR: R\$ 39.835,00 (trinta e nove mil oitocentos e trinta e cinco reais).

Vitória, 22 de outubro de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Protocolo 1421894

Resumo do Termo de Fomento SETADES/061/2024

Processo nº.: 2024-1L27X
Registro SIGEFES: 240584
Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.
Organização da Sociedade Civil: AAML-Associação Albergue Martim Lutero.
Objeto: Cooperação técnica e financeira para manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência, desenvolvido pela Associação Albergue Martim Lutero, por meio da realização de despesas de custeio e investimento.
Valor: R\$ 184.667,46 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 233, 289, 348, 701, 702, 791, 1038 e 1339 LOA 2024.
Vigência: à partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2025.
Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.
Elemento de Despesa:3.3.50.43 e 4.4.50.42
Fonte: 500
Gestor Titular: Paula de Oliveira Martins Lebach - N. F. 3290883
Gestor Suplente: Amanda Andreatta Roffes N. F. 4908244
Vitória, 22 de outubro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1421899

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/061/2024

Processo nº.: 2024-1L27X
Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a AAML-Associação Albergue Martim Lutero.
Objeto: Cooperação técnica e financeira para manutenção do serviço de acolhimento institucional provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças grave fora da localidade de residência, desenvolvido pela Associação Albergue Martim Lutero, por meio da realização de despesas de custeio e investimento.
Valor: R\$ 184.667,46 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 233, 289, 348, 701, 702, 791, 1038 e 1339 LOA 2024.
Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015
Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.
Vitória, 22 de outubro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1421904



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/10/2024 11:52:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-CQ4HN7>